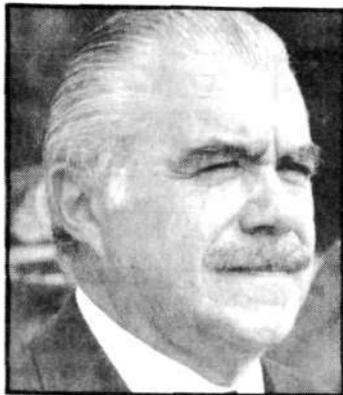


Sarney explicará a STF por que não tabelou juros

BRASILIA — O Presidente José Sarney terá trinta dias para justificar a aprovação dada ao parecer do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, autorizando o mercado financeiro a praticar taxa de juros livres até que o tabelamento de 12% ao ano seja regulamentado pelo Congresso. O pedido de informações foi enviado ontem a Sarney pelo supremo Tribunal Federal (STF) e a justificativa deverá ser feita por escrito. O mérito da questão, no entanto, somente será julgado pelo Tribunal no próximo ano quando será apreciada a ação direta de inconstitucionalidade contra Sarney impetrada pelo PDT.

Até lá, as instituições financeiras ficam autorizadas pela própria aprovação do Presidente a praticarem juros livres. O julgamento ocorrerá no próximo ano, porque depois de rece-



Sarney: defesa será por escrito
bida a justificativa de Sarney — após trinta dias — o processo será encaminhado à Procuradoria Geral da República, onde receberá parecer do Procurador, Sepúlveda Pertence, retornando ao Supremo somente após quinze dias. Nesta data, o Supremo

estará em recesso, que inicia dia 20 de dezembro. O Tribunal retorna à atividade somente no primeiro dia útil de fevereiro.

O PDT encaminhou ontem ao STF petição pedindo que seja revista a decisão do Tribunal que indeferiu pedido de liminar para que o mercado financeiro ficasse obrigado a praticar o tabelamento até decisão sobre o mérito da questão. Segundo o partido, "é inquestionável que a lesão ao patrimônio público e à economia nacional poderá ser irreparável se a liminar não for deferida". O STF deverá se manifestar nos próximos dias.

Relator do processo, o Ministro Sydney Sanches, fez questão de desmentir ontem que o indeferimento da primeira liminar representasse decisão definitiva seja favorável à necessidade de regulamentação do dispositivo que tabela os juros.